

LAERTE RAMOS DE CARVALHO: ALÉM DO HOMEM PETRIFICADO¹

■ BRUNO BONTEMPI JR.

id <https://orcid.org/0000-0002-8524-2652>

Universidade de São Paulo

RESUMO

O artigo trata de aspectos da trajetória de Laerte Ramos de Carvalho (1922-1972) na educação e na esfera pública. Destacam-se suas intervenções como professor, jornalista, gestor, pesquisador e autor, em abordagem histórica e com base em fatos e discursos obtidos em fontes documentais. Resulta desse investimento a construção de uma imagem mais delineada e complexa do biografado, cuja trajetória expressa, em atos e palavras, as tensões e contradições da condição de intelectual.

Palavras-chave: intelectuais. Biografia. História da educação.

ABSTRACT

LAERTE RAMOS DE CARVALHO: BEYOND THE PETRIFIED MAN

The article deals with aspects of the trajectory of Laerte Ramos de Carvalho (1922-1972) in education and the public sphere. His interventions as a teacher, journalist, manager, researcher, and author stand out in a historical approach based on facts and speeches from documentary sources. This investment results in constructing a more delineated and complex image of the person, whose trajectory expresses, in acts and words, the tensions and contradictions of the intellectual condition.

Keywords: Intellectuals; Biography; History of education.

RESUMEN

LAERTE RAMOS DE CARVALHO: MÁS ALLÁ DEL HOMBRE PETRIFICADO

El artículo trata aspectos de la trayectoria de Laerte Ramos de Carvalho (1922-1972) en la educación y en la esfera pública. Destacan sus intervenciones como docente, periodista, gestor, investigador y autor, en un enfoque histórico y basado en hechos y discursos ob-

¹ Resulta de investigações realizadas nos projetos de pesquisa “Intelectuais e pensamento educacional como objetos da história da educação brasileira. Fase II”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Bolsa Produtividade PQ2, Processo nº 304757/2017-9; e “Saberes e práticas em fronteiras: por uma história transnacional da educação (1810-...)”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Processo nº 2018/26699-4.

tenidos de fuentes documentales. Esta inversión resulta en la construcción de una imagen más delineada y compleja del sujeto, cuya trayectoria expresa, en palabras y hechos, las tensiones y contradicciones de la condición intelectual.

Palabras clave: Intelectuales; Biografía; Historia de la educación.

Introdução

Você pega aqueles retratos das pessoas em Pompéia e pensa, que estranho: um jogo de dados depois do chá e você é congelado, e é assim que as pessoas lembram de você nos próximos milhares de anos. Suponhamos que fosse o primeiro lance de dados que você jogasse em sua vida? Suponhamos que você só estivesse jogando para fazer companhia ao seu amigo, o Augustus? Suponhamos que você naquele exato momento tivesse acabado um poema brilhante, ou algo assim? Não seria irritante ser celebrado como um jogador de dados? (HORNBY, 2013, p. 20).

O intelectual, filósofo e historiador da educação Laerte Ramos de Carvalho é uma dessas personagens que, assim como o “jogador de dados” da epígrafe, teve a imagem “congelada” em pose indigna, cuja dramaticidade veio sombreadar a vida pública pregressa. As lavas vulcânicas fixaram na memória coletiva a figura do “reitor interventor” da Universidade de Brasília (UnB) (CUNHA, 1988, p. 45), que, empossado pelo governo da ditadura em 1965, conduziu a repressão no ambiente universitário e, por fim, a desestruturação de um projeto alternativo de ensino superior. Foi nessa condição que se prontificou a dar fim à crise desencadeada um ano antes pelo governo, ao determinar a ocupação do *campus* pela Polícia Militar e pelo Exército, em violenta operação que culminou com a exoneração do reitor Anísio Teixeira e a detenção de docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos tidos como subversivos.² Ao determinar, intransigentemente,

2 A crise não havia sido debelada, como esperava o governo, no reitorado do primeiro interventor, Zeferino Vaz. Este, surpreendentemente, não fora incomodado

o retorno dos professores e funcionários cedidos por órgãos federais à universidade, Ramos de Carvalho desencadeou uma reação tenaz da comunidade universitária, em demissões coletivas por protesto e na greve de professores e estudantes contra o “reitor interventor”. Completando o ciclo de redução dos recursos federais e das demissões e exonerações em massa, a convocação da Polícia Militar para a repressão das manifestações de estudantes e professores, em outubro de 1965, completou a ofensiva do reitor contra o projeto de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, abrindo caminho para a “descaracterização estrutural da Universidade de Brasília” e sua “modernização na direção do modelo norte-americano”. (CUNHA, 1988, p. 18).

Essa foi a imagem gravada, de forma indelével, no mosaico estruturado das chamadas memórias da resistência. Por circunstâncias peculiares da relação do regime ditatorial brasileiro com a educação superior, tido como “[...] fundamental no projeto de ‘desenvolvimento nacional’ dos militares” (NAPOLITANO, 2018, p. 215), essas memórias vieram a encontrar o meio ideal para se tornarem, também, o conhecimento histórico no campo da Educação. Com o surgimento, nos anos 1970, do sistema nacional de pós-graduação, parte significativa de docentes e estudantes que militavam à esquerda do regime engajaram-se, no campo do

por ter demitido treze professores, contra os quais não havia acusações, mas por ter, adiante, revertido a recente contratação de um único docente aposentado, em sua instituição de origem, por participação em “ato revolucionário” (CUNHA, 1988, p. 44).

ensino, na formação de educadores e educadoras “[...] à luz dos interesses e das condições objetivas e subjetivas da maioria da população brasileira” e, no campo da produção do conhecimento, no afrontamento à “concepção idealista sobre a realidade brasileira” (RIBEIRO, 1999, p. 125) mediante o conhecimento objetivo promovido pela aplicação rigorosa do materialismo dialético.

Especificamente entre filósofos(as) e historiadores(as) da educação, a subjetividade inerente à politização traduziu-se na escolha de temas, na formação do cânone literário e, por conseguinte, na interpretação dos fatos históricos, resultando na eficaz desconstrução de uma memória que erigia como heróis os “pioneiros da educação nova” (BRANDÃO, 1999), bem como na produção de um consenso crítico em torno da “tecnocracia” reinante na administração do sistema e da manutenção do caráter excludente e não democrático da organização escolar brasileira. Personagens como Laerte Ramos de Carvalho, que prestara serviços às forças da repressão e à consagração dos desígnios do governo militar para a educação, notadamente no ensino superior, não estiveram imunes ao ostracismo ou à reconstrução negativa de sua imagem pública.

O presente artigo não tem como objetivo desfazer, sequer retocar minimamente a imagem petrificada de Laerte Ramos de Carvalho, educador que teria completado 100 anos de idade em 2022. Não se presta, pois, à “revisão” de sua história, ou da história de seu tempo pela contraposição de fatos controversos ou pela desqualificação dos argumentos e dos sujeitos que a produziram, seja como agentes históricos contemporâneos à trama, seja como narradores. Pretende apresentar momentos selecionados entre os que marcaram sua trajetória como professor, jornalista, gestor, pesquisador e autor, e que se encontram recobertos pela pose imóvel que se fixou na memória co-

letiva. As fontes documentais que sustentam o artigo são, na maior parte, peças que integram o fundo Laerte Ramos de Carvalho, conservado pelo Centro de Memória da Educação (CME) da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp), complementadas por documentos institucionais, artigos-depoimentos, correspondências, programas de ensino etc., sob variadas custódias. As colunas de *O Estado de S. Paulo*, que Ramos de Carvalho redigia, mas não assinava, tiveram suas autorias identificadas por Marta Maria Chagas de Carvalho em pesquisa inconclusa, na qual as recolheu e organizou em pastas consultáveis no CME da FEUSP. Nos limites deste artigo, destaco as atividades de Ramos de Carvalho como formador de opinião e produtor de conhecimento, ambas relacionadas aos contextos institucionais, políticos e à movimentação coletiva dos intelectuais coetâneos, implicados no debate educacional, na produção da história da educação e, afinal, na construção e desconstrução de suas próprias memórias.³

Sendo a educação um tema prolífico e controverso na esfera pública, e, por isso, afetado pelas paixões e pelas táticas da vida política, seria ingênuo supor que os intelectuais tenham se conduzido de modo linear e absolutamente coerente, não só para com os princípios que houvessem proclamado, mas para com o destino tautológico que lhes tenha atribuído um narrador consciente do sentido da história.⁴ Instados a se manifestar publicamente, a tomar partido de causas e valores, a se associar a entidades e manifestos, a assumir cargos públicos e a integrar partidos e frentes políticas, os intelectuais podem ser flagrados,

3 Para uma breve biografia de Ramos de Carvalho, consultar Bontempi Jr. (2002).

4 Tome-se, por exemplo, o caso de Darcy Ribeiro, que nas narrativas sobre a crise da Universidade de Brasília encontra-se indubitavelmente “do lado certo da história”, mas que em narrativas sobre o trâmite da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, comparece como um traidor dos educadores progressistas (BRZEZINSKY, 2010).

em suas trajetórias, atuando em prol ou contra uma causa maior que tenha sido definida por um narrador onisciente e situado no futuro do passado. Afinal, em sua condição de sujeitos históricos, aos intelectuais do passado não só faltava a plena consciência dos efeitos vindouros de seus atos, como a vantagem inimaginável de ocupar um ponto de observação situado acima de si mesmos. Construir uma narrativa segundo essa lógica, no caso de Ramos de Carvalho, seria como selecionar e acomodar as ações e os discursos que não só reconduzisse à imagem petrificada, mas que lhe conferissem o estatuto de realização coerente de um “projeto” ou “compromisso” antecipadamente firmados, talvez, desde a “origem”.

A vida antes da pedra

Laerte Ramos de Carvalho nasceu a 18 de agosto de 1922, na cidade paulista de Jaboticabal. Entre 1934 e 1938, cursou estudos secundários em sua cidade, conhecida como “Athenas Paulista” pela destacada efervescência cultural. Na condição de orador oficial e diretor da revista dos estudantes do Centro Estudantil Guilherme de Almeida, publicou seus primeiros artigos (PILETTI, 1988). Assim como muitos jovens de classe média do interior paulista, aderiu ao integralismo, vindo a colaborar sob pseudônimos para *O Combate*, jornal alinhado aos princípios das hostes de Plínio Salgado: nacionalismo, corporativismo e rejeição aos valores liberais e ao socialismo como modo de organização social. Como boa parte dos que haviam sido atraídos pelos camisas-verdes, declinou do movimento logo que Getúlio Vargas lhes impôs a derrota política, em 1937. Em 1940, tendo sido aprovado nos exames para o ingresso no curso de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), deixou o interior do estado em busca da ascensão social que Jaboticabal,

vivendo os estertores da economia cafeeira, não lhe oferecia.

Em São Paulo, assim que acompanhava as aulas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, tratou de buscar meio de vida como professor secundário em colégios particulares da capital, como o Ginásio Paulistano e o Mackenzie. Estendeu-se por três anos sua experiência como estudante de Filosofia no lendário edifício da Rua Maria Antônia, onde recebeu o diploma de bacharel (1942), e no Instituto de Educação, no qual obteve a licenciatura (1943) (PILETTI, 1988; BONTEMPI Jr., 2015). Absorveu, no convívio com mestres estrangeiros, assistentes de ensino e jovens promissores, como Antonio Candido e Florestan Fernandes, o impacto da Segunda Guerra sobre a consciência de parte significativa da intelectualidade acadêmica em formação. Como revela o discurso de orador proferido na cerimônia de formatura de sua turma, eles partilhavam um misto de desilusão para com o legado civilizatório do Velho Mundo, de surpresa pela revelação dos engodos da propaganda totalitária e de esperança de reconstrução da paz à sombra do liberalismo democrático, guiado pela consciência de uma elite ilustrada capaz de assentá-la no humanismo e nos saberes das ciências.

Há três anos, quando nos apresentávamos às bancas de ingresso deste estabelecimento, vínhamos ainda com a memória quente e viva dos acontecimentos políticos de então. Ouvimos a anunciação de novas madrugadas e de crepúsculos iminentes. Ouvimos a palavra dos idealistas, dos sonhadores loucos, dos místicos descontentes. Um inflamadas e nervosas, outras lastimosas e terríveis. E nós, geração moça de então nos dividimos, nos multiplicamos para aplacar a fome e a sede dos profetas. Permanecendo como espectadores, como militantes, como indiferentes, esta geração vibrou com punhos fortes os seus golpes sobre o passado, enquanto os seus olhos perscrutavam, inquietos e temerosos, o futuro longínquo. Nunca uma ge-

ração se indispôs tanto com o passado. Por isso mesmo, nunca geração nenhuma pagou tão caro o seu desprezo. (CARVALHO, L., 1942, p. 1-2).

A conversão do secundarista integralista ao acadêmico liberal-democrático, bem como a crença recém-adquirida no papel fundamental da universidade de ensino e pesquisa para os rumos do país, levava-o à presença de Júlio de Mesquita Filho, diretor-proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo* e mentor da USP (CARDOSO, 1982). Ruy e Júlio Neto haviam identificado a convergência entre o pensamento de seu pai e as concepções do jovem assistente de João Cruz Costa na Cadeira de Filosofia, promovendo um contato que logo se desdobrou em relações profissionais e laços de confiança e amizade (MASCARO, 1975). Pelas mãos de Mesquita, Ramos de Carvalho não só veio a se tornar preceptor de Carlos Mesquita, filho de Júlio e Marina, como encontrou espaço na imprensa para se fazer conhecer ao público leitor, primeiramente por meio de artigos assinados, mas, a partir de 1947, como redator encarregado de expressar as opiniões e posições políticas de *O Estado de S. Paulo* sobre os assuntos de educação.

Na seção Notas e Informações, que funcionava como um editorial, Ramos de Carvalho assumiu a condição de formador de opinião nos assuntos educacionais, no que se referia aos rumos de políticas públicas em São Paulo e no Brasil, à defesa da escola pública em necessária articulação com o regime democrático, à reflexão sobre as funções e a natureza da universidade e do ensino secundário (BONTEMPI Jr., 2006). Em consonância negociada com os fundamentos ideológicos do jornal, discutidos face a face com o diretor-proprietário em longas vésperas de edição (MAIA, 2019), mostrou-se, por toda sua permanência, até 1962 como um incansável defensor do projeto original da USP contra as ameaças e os desvios de toda ordem, além de um crítico tenaz do que consi-

derava ser uma extensão, à política educacional, de práticas “ademaristas”, ou seja, afeitas ao *ethos* atribuído à classe política identificada com Adhemar de Barros, adversário do cunhado de Júlio, Armando de Salles Oliveira.

Com Ramos de Carvalho à testa das colunas opinativas de *O Estado de S. Paulo* sobre educação, Mesquita Filho permitiu que o agrupamento da FFCL-USP, que pensava as questões de educação, fizesse com que suas pautas e ideais fossem além do circuito acadêmico. Abraçando a respeitabilidade que *O Estado de S. Paulo* havia conquistado no que tange às questões educacionais, o regente da Cadeira de História e Filosofia da Educação pautou, por cerca de 26 anos, o debate em torno do assunto junto à “opinião pública esclarecida”, o que pode ter pesado na definição de políticas em São Paulo e no Brasil.

Em *O Estado de S. Paulo*, Ramos de Carvalho dedicou a maior parte das colunas aos temas do ensino secundário e da universidade. Quanto ao secundário, reforçava que lhe caberia criar junto à juventude a base ideológica de uma elite consciente, no que toca à condução da política educativa necessária para formar o cidadão necessário ao regime. Por esse modelo, deveria permanecer fiel às suas raízes humanísticas e preparatórias, convergentes às funções de formar a cultura média nacional, selecionar e preparar egressos para compor a elite condutora – ou seja, constituir a espinha dorsal do projeto elitista desenhado desde o Inquérito de 1926 (CARDOSO, 1982; BONTEMPI Jr. 2017). Quanto à universidade, Ramos de Carvalho bateu-se por sua autonomia gerencial e didática; pela continuidade da tradição didático-científica dos professores das missões estrangeiras na FFCL; pela integração das unidades em torno de um “espírito universitário” e da universalidade do conhecimento (MAIA, 2019).⁵

⁵ Adiante, porém, como conselheiro do Conselho Estadual de Educação, defendeu ideia contrária à autonomia plena das universidades. Seu parecer, em con-

Em suas colunas, o problema educacional é uma “questão de princípios” diretamente ligada às expectativas de progresso do regime republicano e da democracia. Por meio da educação, um Estado democrático poderia efetivar seus princípios fundamentais apenas se viesse a promover uma justa adequação entre fins e meios. De modo sucinto, o cerne de suas intervenções centrava-se na tese de que o oferecimento da educação a todas as camadas da sociedade – porém, não uma mesma educação, nem tampouco de acesso generalizado a todos os graus – era a condição de sobrevivência da nação democrática. Para Ramos de Carvalho, uma vez que a democracia ideal só poderia existir quando todos os cidadãos, cientes de direitos e deveres, se encontrassem livres para escolher seus líderes dentre os que possuísem capacidades intelectuais e morais, ou seja, o limitado círculo das elites ilustradas – eis aí o endosso à ideologia política da “Comunhão Paulista” (CARDOSO, 1982). Por outro lado, uma escola que não correspondesse à filosofia política do Estado, que para ele não poderia ser senão a razão iluminista e a moral liberal-democrática, poderia atender apenas a interesses e éticas “particularistas”, com o que se transformaria em seu oposto diametral, ou seja, em uma agência de “deseducação” (PILETTI, 1990; BONTEMPI Jr., 2006; 2015).

Com essa crença subscreveu, em 1959, o manifesto “Mais uma vez Convocados: Manifesto ao povo e ao governo”, ao lado de escritores, cientistas, políticos, estudantes, jornalistas e servidores da administração pública em resposta à ofensiva de representantes do ensino privado e da Igreja contra a escola pú-

junto com o dos conselheiros Miguel Reale e Carlos Pasquale, serviu ao reitor da USP, Alfredo Buzaid, que substituiu Hélio Lourenço de Oliveira, cassado pela ditadura, para a imposição da reforma à luz do Decreto Federal nº 5.540/68. Por essa reforma, a FFCL viu-se retirada de sua posição original, ao centro e na cúpula da universidade, para ser desintegrada em institutos básicos (CELESTE FILHO, 2017).

blica universal e laica, e pelo financiamento público da educação privada, ambos contidos no substitutivo apresentado pelo deputado Carlos Lacerda ao projeto de Lei de Diretrizes e Bases (BONTEMPI Jr., 2021). Nos momentos finais e decisivos da tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), engajou-se, ao lado de intelectuais que estavam bem mais à esquerda de seu espectro político, na Campanha em Defesa da Escola Pública, utilizando seu espaço no jornal para bradar contra as incorporações “privatistas” ao projeto de lei, as quais, segundo eles, contrariavam os ideais de universalização e democratização, legados pelos “pioneiros” no manifesto de 1932 (BARROS, 1960; ROMANELLI, 1986).

Do pensamento brasileiro à história da educação

A cotidiana experiência e a reflexão sobre as questões educativas ofereceram a Ramos de Carvalho a oportunidade de reorientar sua trajetória acadêmica, que já não navegava em boas ondas no ambiente filosófico paulista dos anos 1950, dividido entre a radicalidade da juventude emergente no “departamento francês de Ultramar” (ARANTES, 1984), que desprezava a simples ideia de que houvesse algo discernível como pensamento filosófico brasileiro, e os decanos da filosofia do Direito do Instituto Brasileiro de Filosofia, que buscavam revelar a profundidade e originalidade que identificavam nos pensadores nacionais. A meio caminho, Cruz Costa, que duvidava de ambas, mas que ainda assim nutria apreço pelo “pensamento brasileiro” como objeto de pesquisa, havia instruído Laerte a mergulhar na vida e obra de Farias Brito, pensador cearense sobre quem terminou por defender tese de doutorado, em 1951 (CARVALHO, 1977). Apesar do reconhecimento da alta qualidade do trabalho pela banca examinadora, provavelmente Ra-

mos de Carvalho tenha desistido da trilha por não vislumbrar condições favoráveis para a condução, na escola em que havia se formado, do legado investigativo de Cruz Costa. Tendo, naquele mesmo ano, assumido interinamente a Cadeira de História e Filosofia da Educação em virtude da licença de saúde do catedrático Roldão Lopes de Barros, de quem era assistente desde 1948, Ramos de Carvalho conquistou a cátedra em 1955, com a tese *As reformas pombalinas da instrução pública*, produto de pesquisas no Arquivo Ultramarino, em Lisboa (BONTEMPI Jr., 2015).

Reconhecida por historiadores brasileiros e portugueses da educação como obra incontornável, *As reformas pombalinas da instrução pública* realiza com propriedade a conexão histórica entre as condições políticas e culturais de Portugal do século XVIII e as diretrizes do programa reformista levado adiante pelo Marquês de Pombal e seus homens, por sua vez, analisado como filosofia política que define e manifesta em suas razões e medidas a “fisionomia” do período (CARVALHO, 1978). O autor detém-se sobre assuntos polêmicos da historiografia portuguesa, tais como os motivos declarados e ocultos da ofensiva pombalina sobre a Companhia de Jesus e a afetação causada pelo juízo partidário sobre a atuação de Sebastião José de Carvalho e Melo sobre a interpretação do significado das reformas, ousadia que lhe rendeu elogios do professor da Universidade de Lisboa, Francisco Gama Caeiro, autor de obras sobre Iluminismo, Pombal e Verney, em prefácio à publicação póstuma (CARVALHO, 1978).

Não obstante a relevância do tema e a originalidade da abordagem, que combina pesquisa documental direta com articulação histórica entre fato educativo, filosofia e política, a obra conheceu significativo ostracismo na década seguinte à sua publicação. Vários fatores se combinaram em prejuízo de sua divul-

gação, justamente nas décadas de aumento das pesquisas em história da educação, promovidas pelos programas de pós-graduação em Educação que surgiram a partir da virada dos anos 1970: o predomínio das abordagens reprodutivistas e gramscianas na orientação dos trabalhos, a preferência generalizada dos pesquisadores e pesquisadoras por situar seus objetos no século XX e, ainda, a intencional ruptura com a tradição da historiografia anterior, inaugurada pelo próprio Laerte Ramos de Carvalho e identificada, à luz da orientação predominante, como liberal, conservadora ou reacionária (BONTEMPI Jr., 2021).

De fato, como aponta Tanuri (1999), a geração que se formou pesquisadora nas diretrizes do programa de investigações sobre a história da educação brasileira que Laerte Ramos de Carvalho coordenou no início dos anos 1960, como Heládio Antunha, Maria de Lourdes Mariotto Haidar e Jorge Nagle, ou a que dela se irradiou, como Leonor Tanuri e Tirsa Ragazzini Peres, partilhava como legatária dos manifestos de educadores de 1932 e 1959 as bandeiras liberais-democráticas da escola pública universal, laica e gratuita a serem promovidas por reformas. Já a geração seguinte, afetada pela repressão aos movimentos sociais e ao movimento estudantil, em particular, abrigou-se em instituições relativamente protegidas a fim de interpretar a realidade e o passado educacional à luz do materialismo histórico, para que o conhecimento levasse a transformações radicais no sistema de ensino, e que este finalmente pudesse atender aos interesses e às condições objetivas e subjetivas das classes populares.

O orientador das pesquisas em história da educação

Na seção de Pedagogia da FFCL, na qual a cadeira de História e Filosofia da Educação estava

alocada, Ramos de Carvalho tornou-se assistente, regente interino e, ao defender sua tese, catedrático. Tendo a seu cargo uma cátedra originária da Escola Normal, muito marcada pela função adstrita de preparar moralmente o magistério, o jovem professor procurou adaptá-la ao modelo de ensino universitário, adotando práticas como seminários, arguições e atividades de pesquisa. Ao lado de seus assistentes, Roque Spencer Maciel de Barros e João Eduardo Villalobos, como eles, filósofos formados na FFCL, levaram à cadeira não só a orientação filosófica de matriz kantiana como as práticas acadêmicas do Departamento de Filosofia, tais como o estudo dos autores diretamente nos textos, e não em manuais e compilações, como era comum na formação de normalistas. Desde então orientada para os cursos de bacharelado e licenciatura, a cadeira se fez igualmente preparatória para o prosseguimento da formação de estudantes para a pesquisa, que era estimulada entre as pessoas mais interessadas e capacitadas das turmas (BONTEMPI Jr., 2015). O modo de orientação de pesquisa que ensaiou nos anos 1960, fundado em grupos de trabalho em torno de temas e fontes documentais em história da educação, influenciou, já nos anos 1970, as práticas de orientação de pesquisa acadêmica no Programa de Pós-Graduação em Educação da Feusp.

A ligação entre o curso de Pedagogia e o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE-SP) havia sido promovida na gestão de Ramos de Carvalho como diretor desse órgão, de 1961 a 1965, ao transferir aquele curso para as dependências do centro no *campus* Butantã. Como diretor da faculdade, transformou o CRPE-SP em um órgão de apoio às demandas do sistema público, por exemplo, quanto à formação docente, e deixou que a pesquisa educacional e a coordenação de divisões e cursos ficassem a cargo de seus assistentes, oriundos da Filosofia e da Peda-

gogia. Com isso, alterou a função original do CRPE-SP, que era a de guiar as políticas educativas para o desenvolvimento com suas pesquisas de corte sociológico sobre a realidade escolar paulista. Em contrapartida, aproveitou a estrutura e o pessoal do CRPE-SP para oferecer aos pesquisadores e pesquisadoras em formação o acesso aos documentos e às fontes bibliográficas, que, com insumos federais, o centro vinha acumulando desde sua criação (BONTEMPI Jr., 2015, 2019).

A simbiose entre a cadeira de História e Filosofia da Educação e o CRPE-SP permitiu a realização de pesquisas que resultaram em teses defendidas na USP e nos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo no decorrer dos anos de 1960 e 1970. Laerte coordenou, inicialmente, um programa de investigações sobre a história da educação brasileira no período republicano, a fim de produzir conhecimento a ser ensinado na cátedra e formar pesquisadores e pesquisadoras nessa especialidade. Esse programa de investigações incluía reuniões regulares para discussões, trocas de informações e, eventualmente, reformulações dos trabalhos em andamento, a fim de evitar superposições e repetições (TANURI, 1999).

O projeto teve como marcas fundamentais os esforços de localização e socialização das fontes documentais e de busca de uma periodização específica para a história da educação brasileira, independente dos critérios político-administrativos. Diante das dificuldades enfrentadas para localizar e usar fontes primárias, a procura e socialização de fontes eram consideradas tarefas necessárias e fundamentais para a realização dos trabalhos, assim como os recursos e a cooperação dos funcionários do CRPE-SP. Para a construção da história da educação aos moldes acadêmicos, o grupo se movimentou em direção à cobertura fatural, apoiada em sólida documentação com-

probatória, de extensos períodos da educação paulista e brasileira. Foram utilizados predominantemente tipos documentais escritos: leis e decretos, debates parlamentares, manifestos, obras literárias, periódicos, artigos jornalísticos, atas de congressos, programas escolares e livros didáticos. Como a expectativa era cobrir os diversos níveis de ensino oferecidos pelos poderes públicos, as fontes mais usadas na pesquisa histórica eram as oficiais. Em termos interpretativos, a orientação parece ter sido o exercício de perspectivas “compreensivas”, nas quais agentes, ações e ideias não fossem julgados por sua contribuição ao devir da humanidade, mas interpretados segundo os sentidos experimentados e representados pelos agentes no tempo (BONTEMPI Jr., 2015, 2019).

O diretor da Faculdade de Educação

Ao retornar da desastrosa experiência no Distrito Federal, Ramos de Carvalho viu-se diante da tarefa de assumir a direção da Feusp. A nova unidade havia sido instituída de acordo com as determinações da Lei Federal de nº 5.540/68 e do Decreto Estadual nº 52.326/69, que baixara os estatutos da USP, sobrepondo-se às discussões e propostas das comissões paritárias que vinham pautando a reforma em assembleias formadas por estudantes, servidores técnico-administrativos, auxiliares de ensino e catedráticos (CELESTE FILHO, 2017). A Feusp, criada em 1969, foi organizada em três departamentos, reproduzindo um arranjo convencional ao início da década na seção de Pedagogia, que consistia em agrupar por afinidade as tradicionais cátedras em “departamentos”, segundo suas inclinações para os “fundamentos da educação”, a “metodologia de ensino” e a “administração escolar” (FÉTI-ZON, 1994). Como professor e orientador, Ramos de Carvalho atuou no Departamento de

Filosofia da Educação e Ciências da Educação, lecionando as matérias relacionadas à Filosofia e História da Educação (CADERNOS..., 2001), e a Feusp registra, sob sua orientação, duas teses de doutorado e uma tese de livre-docência (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2003). Como foi mencionado, a Feusp foi erguida sobre uma base institucional anteriormente formada pelas cátedras, pelo CRPE-SP e sua Escola de Aplicação (VIDAL; BONTEMPI Jr.; SALVADORI, 2016). Em 1972, ainda no cargo de diretor da Faculdade de Educação, faleceu Laerte Ramos de Carvalho, aos 50 anos de idade.

Considerações finais

Laerte Ramos de Carvalho teve uma vida relativamente curta. Sua trajetória, ainda assim, é bem mais rica do que uma imagem petrificada do “reitor interventor” nos faria supor. Como professor, atuou no antigo ensino secundário, no ensino superior e na insurgente pós-graduação; como filósofo, dedicou-se ao “pensamento brasileiro” à sombra de Cruz Costa; como historiador da educação, traçou as linhas com que guiou uma destacada geração de autores e autoras da especialidade; como jornalista, pautou por vários anos os temas educacionais em *O Estado de S. Paulo*, afetando a “opinião pública” e os rumos da política educacional, sobretudo, no que se referia à USP; como intelectual, militou em defesa da educação pública, compondo uma frente política ampla, cujos laços se desfizeram quando a ruptura institucional de 1964, involucrada no contexto da Guerra Fria, passou a exigir dos intelectuais brasileiros uma incisiva tomada de posição, ou seja, optarem por apenas um dos lados possíveis. Ramos de Carvalho buscou seu lugar à direita do espectro político, tendo assim de lidar com as contradições entre os valores e princípios liberais-democráticos que vocalizara na vida pública e as decisões

implicadas por seu apoio serviçal à ditadura. O modo como o fez, e quais foram as razões que o levaram à pose em que foi immortalizado, não há como saber.

Referências

ARANTES, Paulo. **Um departamento francês no ultramar**: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1994.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. (Org.). **Diretrizes e bases da educação**. São Paulo: Pioneira, 1960.

BONTEMPI Jr., Bruno. O Manifesto dos Educadores de 1959 revisitado: Evento, narrativas e discursos. **Cadernos de Pesquisa**, 51, Artigo e07278, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053147278>. Acesso em: 14 fev. 2023.

BONTEMPI Jr., Bruno. O “grupo de Laerte e a escrita da história da educação (1962-1972). **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, v. 19 (49), p. 49-58, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e060>. Acesso em: 22 mar. 2023.

BONTEMPI Jr., Bruno. Nacionalismo e regionalismo em dois inquéritos sobre o ensino superior brasileiro nos anos 1920. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 33, n. 65, p. 35-50, jul./set. 2017. Disponível em: DOI: [10.1590/0104-4060.53219_2017](https://doi.org/10.1590/0104-4060.53219_2017). Acesso em: 14 fev. 2023.

BONTEMPI Jr., Bruno. **Laerte Ramos de Carvalho e a configuração da História e Filosofia da Educação como disciplina acadêmica**. Uberlândia: Edufu, 2015.

BONTEMPI Jr., Bruno. O ensino e a pesquisa em história da educação brasileira na cadeira de Filosofia e História da Educação (1933-1962). **História da Educação**, Pelotas, n. 21, p. 79-105, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>. Acesso em: 23 fev. 2023.

BONTEMPI Jr., Bruno. Em defesa de “legítimos interesses” o ensino secundário no discurso educacional de *O Estado de S. Paulo* (1946-1957). **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n° 12, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38629>.

[uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38629](https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38629). Acesso em: 22 fev. 2023.

BONTEMPI Jr., Bruno. Laerte Ramos de Carvalho. In: FÁVERO, Maria L. A.; BRITTO, Jader M. **Dicionário de educadores no Brasil**. Da colônia aos dias atuais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 674-680.

BOTO, Carlota. A intelectualidade paulista, o Manifesto dos Pioneiros e a Universidade de São Paulo em sua primeira “missão” (1932-1934). In: CURY, Cláudia Engler; VIEIRA, Carlos Eduardo; SIMÕES, Regina Helena Simões. (Org.). **História da Educação: global, nacional e regional**. Vitória, ES: Edufes, 2019, p. 39-74.

BRANDÃO, Zaia. **A intelligentsia educacional**: um percurso com Paschoal Lemme. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

BRZEZINSKI, Iria. Tramitação e desdobramentos da LDB/1996: embates entre projetos antagônicos de sociedade e de educação. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8 n. 2, p. 185-206, jul./out. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462010000200002>. Acesso em: 14 fev. 2023.

CADERNOS DE HISTÓRIA & FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. Vol. 1, n. 1, 1993.

CARDOSO, Irene. **A Universidade da Comunhão Paulista**. São Paulo: Editores Associados/Cortez, 1982.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **Discurso de Orador**, 1942. (manuscrito)

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva/Edusp, 1978.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **A formação filosófica de Farias Brito**. São Paulo: Saraiva/Edusp, 1977.

CELESTE FILHO, Macioniro. Universidade de São Paulo concebida em 1968 por seus professores, alunos e funcionários. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá-PR, v. 17, n. 1 (44), p. 200-233, Jan./Mar. 2017. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40720/pdf_174. Acesso em: 22 fev. 2023.

- CUNHA, Luiz Antônio Rodrigues da. **A universidade reformanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- FÉTIZON, Beatriz Alexandrina de Moura. Faculdade de Educação: antecedentes e origens: o lugar da Educação. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 8, n. 22, p. 365-378, 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9721/11293>. Acesso em: 28 jan. 2023.
- HORNBY, Nick. **Alta Fidelidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.
- MAIA, Ana Beatriz Feltran. Laerte Ramos de Carvalho editoralista: embates pela manutenção dos princípios norteadores da fundação da USP (1947-1964). In: VIEIRA, Carlos Eduardo.; BONTEMPI Jr., Bruno; OSINSKI, Dulce Regina Baggio (org.). **História intelectual e educação**: imprensa e esfera pública. Jun- diaí: Paco, 2019. p. 11-24.
- MASCARO, Carlos. Laerte Ramos de Carvalho, Júlio de Mesquita Filho, e O Estado de São Paulo na História da Educação no Brasil. **O professor**, São Paulo, p. 4, ago., 1975.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018.
- PILETTI, Nelson. Laerte Ramos de Carvalho: a formação e os estudos histórico-filosóficos. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, vol. 14, n. 2, p. 235-258, 1988. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33415>. Acesso em: 13 fev. 2023.
- PILETTI, Nelson. Laerte Ramos de Carvalho: a concepção de educação. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, vol.16, n. 1/2, p. 38-61, 1990. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33452/36190>. Acesso em: 22 fev. 2023.
- RIBEIRO, Maria Luísa Santos. A reconstrução do texto histórico em educação no contexto da sociedade brasileira: minha experiência nesse processo. In: MONARCHA, Carlos (Org.). **História da educação brasileira**: a formação do campo. Ijuí: Unijuí, 1999. p. 121-146.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil** (1930-1977). 8ª. ed., Petrópolis: Vozes, 1986.
- TANURI, Leonor Maria. Historiografia da educação brasileira: contribuição para o seu estudo na década anterior à instalação dos cursos de pós-graduação. In: MONARCHA, Carlos (org.). **História da educação brasileira**: a formação do campo. Ijuí: Unijuí, 1999, p. 147-168.
- VIDAL, Diana Gonçalves; BONTEMPI Jr., Bruno; SALVADORI, Maria Ângela Borges. Tempos Pretéritos e Escolhas de Futuro: a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e a formação docente. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. especial, p. 1419-1440, dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623667087>. Acesso em: 24 jan. 2023.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Teses e dissertações defendidas na FEUSP (1967 a 1998)**. São Paulo: FEUSP, 2003.

Recebido em: 28/02/2023

Revisado em: 20/05/2023

Aprovado em: 22/05/2023

Publicado em: 28/05/2023

Bruno Bontempi Jr. é doutor em Educação pela Pontifícia Universidade de São Paulo, Pós-doutorado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Livre-Docente em História da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp). Bolsista Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pesquisador colaborador do projeto temático da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) "Saberes e práticas em fronteiras: por uma história transnacional da educação (1808-...)". E-mail: bontempi@usp.br